CRISE DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIETÁRIAS: desafios ao Serviço Social no Brasil em tempos da Covid-19

Maria Imaculada de Andrade Morais[1]

Maria Do Socorro Vidal[2]

Luciana Batista de Oliveira Cantalice[3]

RESUMO

O presente artigo visa corroborar o debate acerca do fluxo e periodicidade da ocorrência das crises do capital, explanando sobre seus rebatimentos na classe trabalhadora e desafios à atuação dos/as Assistentes Sociais. Objetiva-se refletir a respeito das consequências, dinâmicas e estratégias para superá-las e sua funcionalidade à acumulação capitalista. Para tanto, a partir de uma ancoragem na teoria social crítica, vislumbra-se a articulação com a atual conjuntura brasileira e a crise pandêmica que assola o mundo, todavia com impactos diversos em diferentes regiões geográficas. Em particular no Brasil, o gerenciamento ineficaz contribuiu para centenas de milhares de mortes e implicações sócio-econômicas que contraditoriamente, por um lado ampliou a centralização e concentração de capitais e de outro, fomentou a ampliação da pauperização de uma grande parcela da população. Neste lapso temporal destaca-se os desafios e a importância do Serviço Social frente a exasperação das expressões da "questão social".

Palavras-chave: Crise do Capital; Serviço Social. Pandemia COVID-19.

ABSTRACT

This article aims to corroborate the debate about the flow and periodicity of the occurrence of capital crises, explaining about their rebates in the working class and challenges to the actions of social workers. The objective is to reflect on the consequences, dynamics and strategies to overcome them and their functionality to capitalist accumulation. To this end, from an anchor in critical social theory, we can see the articulation with the current Brazilian conjuncture and the pandemic crisis that plagues the world, however with different impacts in different geographical regions. In particular in Brazil, ineffective management contributed to hundreds of thousands of deaths and socio-economic implications that contradictorily, on the one hand, expanded the centralization and concentration of capital and on the other, promoted the expansion of the pauperization of a large portion of

[1] Universidade Federal da Paraíba; Graduanda em Serviço Social; imaculadamiam@gmail.com
[2] Universidade Federal da Paraíba; Graduanda em Serviço Social; helpetica2@yahoo.com.br
[3] Universidade Federal da Paraíba; Pós-doutora em Serviço Social; lucianabocantalice@gmail.com.

the population. In this time lapse, the challenges and importance of Social Work stand out in the face of the exasperation of the expressions of the "social issue".

Keywords: Capital Crisis; Social services. PANDEMIC COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo consubstancia-se como resultado de muitas inquietações que vigoram no âmbito do debate do Serviço Social na atualidade, considerando a convergência do recrudescimento da crise do capitalismo e suas consequências societárias, com a crise sanitária mundial, provocada pelo Coronavírus/Covid-19, que articuladas entre si incidem, por um lado, sobre o agudizamento das múltiplas expressões da “questão social” e, de outro, no alargamento do processo de concentração/centralização de capitais, aumentando o fosso da desigualdade social.

Essa realidade exige dos/as assistentes sociais reflexões e apreensões das situações concretas da atualidade, junto às quais são chamados a intervir, considerando as suas competências e atribuições profissionais, sobretudo, no que concerne ao enfrentamento do referido processo de exasperação das múltiplas expressões da “questão social”.

O fenômeno da crise pode ser representado, em caráter didático, como um momento compreendido por inflexões e mudanças com determinações positivas e/ou negativas em distintas conjunturas. Em se tratando das crises do capitalismo, algo ineliminável de sua dinâmica e funcionamento, observa-se como historicamente invariável o aumento da exploração para que seja garantida a realização do mais valor, tão logo, a racionalidade técnica desempenhe seu papel no desenvolvimento de estratégias para superação desses momentos de inflexão (NETTO, 2017).

Diante disso, fortes impactos recaem sobre a classe trabalhadora, que desempenha o papel na base de sustentação do capital, por meio da venda da sua força de trabalho – é o trabalho vivo que gera o valor e mais valor - e que também assume o desafio de se manter resistente aos avanços do capital a cada superação de uma crise – visto que o capitalismo se torna mais complexo e suas respostas às

suas contradições imanentes são cada vez mais bárbaras (NETTO, 2017).

Na atualidade arrasta-se uma crise sistêmica do capital, da qual o mesmo não consegue se recuperar, apesar de uma reestruturação produtiva e do neoliberalismo, que promoveram a flexibilização do trabalho, a desregulamentação de direitos e sucessivas contrarreformas do Estado em função da ampliação de suas políticas macroeconômicas em prol da acumulação de capitais (HARVEY, 2006).

Alguns dos impactos ocasionados pela crise do capital no marco da sociedade contemporânea, são o aumento da exploração e da precarização das condições de trabalho, o acesso limitado às políticas sociais nos diversos âmbitos – fim do pacto social entre capital/Estado/classe trabalhadora – e o crescimento da pauperização absoluta e relativa de parcela massiva da população, alijada do acesso à riqueza socialmente produzida, por sua vez, apropriada privadamente por poucos.

Depreende-se, desse modo, que se desencadeiam autênticas transformações societárias, mas que não alteram a essência do capitalismo, sustentada pela lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2013).

Diante do exposto, salvo as mediações necessárias, articula-se o contexto da crise do capitalismo à crise sanitária mundial vigente. Dentre as consequências nefastas de ambas, temos a ampliação dos níveis de barbárie social, vivenciados em um país de capitalismo periférico como o Brasil.

Nessa direção, objetiva-se no presente texto problematizar os inúmeros desafios postos ao Serviço Social diante dessa conjuntura. Em ato contínuo decifrar essa realidade em sua complexidade à luz dos fundamentos da profissão, identificando as exigências sociais vigentes, de modo a emitir respostas profissionais na direção do projeto ético-político profissional.

Para tanto, entende-se que é necessário a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, realizar sucessivas aproximações à realidade concreta vigente, empreendendo uma leitura imanente do fluxo do capital, da periodicidade das crises nesse modo de produção e seus impactos na “questão social”, a fim de apreender as mediações entre a conjuntura pandêmica atual e as requisições postas ao Serviço Social nesse período histórico.

2 FLUXO DO CAPITAL, PERIODICIDADE DAS CRISES, DESAFIOS À ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DA COVID-19

A pandemia da COVID-19 que está em curso pelo mundo atingiu diferentes países, estes compreendidos por diferentes povos e suas diferentes gestões governamentais que passam por impactos que desestruturam/reestruturam e trazem à tona contradições que até então se atribuía menos “notoriedade” e/ou certa “naturalidade”.

No Brasil, diante dos diversos fatores que influenciam o contexto, conforme apontam pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao primeiro trimestre de 2021, por meio de dados estatísticos e indicadores sociais da Pnad Contínua, a quantidade de pessoas que vivem na linha da pobreza e extrema pobreza aumentou no último ano e amplia-se no ano em curso. Nessa linha, destaca-se ainda que em meio à pandemia, o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza atingiu cerca de 27 milhões de pessoas.

Tal ampliação pode, também, retratar a ausência ou ineficiência com que o Estado se coloca para tratar das questões que afetam a população e os/as trabalhadores/as que têm sua sobrevivência posta em risco, diante de mais uma crise que altera as relações de reprodução de capital, suprimindo também, a força de trabalho e conduzindo a flexibilização de direitos e a precarização das condições de trabalho.

Pontua-se que ao mesmo passo em que se registra o empobrecimento de grande parte da população, também é registrado nesse contexto de crise pandêmica, o aumento da acumulação capitalista/ enriquecimento de alguns setores da economia, como serviços e produtos em plataformas digitais e bancos, por exemplo. Quanto a este último, chama-se atenção para as estratégias de saída da crise em que o Estado é requisitado a intervir e assim garantir a dinâmica de funcionamento do capital.

A esse respeito, o autor Harvey faz uma interessante ilustração no livro *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo (2011)* que aborda a crise financeira que assolou os Estados Unidos e tomou proporção mundial com repercussão em mercados de diversos países pelo globo.

> No início de 2009 (...) O comércio global internacional caiu em um terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadoras, como a da Alemanha e a do Brasil. Produtores de matérias- primas, que andavam em alta no verão de 2008, de repente depararam com uma queda de preços que trouxe sérias dificuldades para países produtores de petróleo, como a Rússia e a Venezuela, assim como os Estados do Golfo." (HARVEY, 2011 p.13)

Inicialmente a questão atingiu classes menos favorecidas economicamente, grupo composto por comunidades afro-americanas e hispânicas, todavia, Harvey (2011, p.13) mostra que "[...] nos Estados Unidos, o número de desempregados aumentou em mais de 5 milhões em poucos meses". Ao ameaçar uma parcela dos detentores do capital, o Estado então, foi chamado a assumir a função de garantir que o fluxo do capital não sofresse interrupções, mesmo considerando a retórica neoliberal de que o Estado não deve intervir no mercado.

Com isso, o autor chama a atenção para que ao "compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos" (HARVEY, 2011 p.7).

No Estado brasileiro, observou-se, no contexto atual de pandemia, uma ação de liberação de recursos financeiros de "caráter emergencial" para garantir o funcionamento e evitar a falência daqueles que conferem "forte impacto econômico ao grande capital", enquanto as ações de enfrentamento voltadas a microempreendedores (alimentados pela racionalidade do empreendedor de si mesmo), às famílias, trabalhadores e trabalhadoras, estes vulnerabilizados pelos efeitos da crise da pandemia do coronavírus e seus determinantes, se mostraram insipientes e ineficientes.

Dessa forma, são também, evidenciadas a presença da luta de classes na disputa de interesses e o afloramento das contradições no marco da sociedade capitalista, que afetam incisivamente a classe trabalhadora e norteiam as estratégias de manutenção da acumulação do capital.

Nessa linha, é que se abre um parêntese para destacar a importância e o desafio posto à atuação do Serviço Social a partir de uma leitura crítica da "questão social" no contexto sócio-histórico que compreende a sociedade capitalista, na qual trabalha junto à reprodução da força de trabalho (por identificar-se como classe

trabalhadora assalariada), mas enquanto profissão não se coloca responsável à manutenção da acumulação capitalista e com isso, desvela suas contradições questionando a estrutura social de forma a buscar a viabilização do acesso às políticas sociais pelos indivíduos atingidos pelas contradições do processo de produção e reprodução capitalista.

Todavia, não se prendendo apenas a ilustração do contexto brasileiro e para melhor entendimento a respeito da crise enquanto movimento pela história, a leitura do texto *As crises e as contradições do capitalismo* (2006) dos autores José Paulo Netto e Marcelo Braz, é um importante aporte para o debate a respeito das condições de existência do capitalismo, no qual, pode-se observar ser a crise um dos seus elementos constitutivos deste modo de produção.

É importante destacar que a ocorrência das crises econômicas é observada em sucessivos momentos ao longo da história da consolidação do comando da produção pelo capital na sociedade capitalista, como aponta Netto e Braz (2006, p.169). Tal observação permite refletir criticamente sobre a dimensão que as crises tomaram ao longo dos anos, desde ocorrências pontuais em uma delimitação temporal e geográfica mais específicas a crises que produziram consequências catastróficas, estas que suscitaram na implementação de políticas macroeconômicas, a partir de estratégias de instituições nacionais e supranacionais, tendo o Estado como agente a intervir em detrimento da dinâmica econômica e a manutenção do capitalismo.

Tendo em vista o resgate histórico acerca do tema, Netto e Braz explicam que as crises se apresentaram em cenários distintos e de formas diferentes. As crises localizadas no pré-capitalismo ocorriam por *subprodução de valores de uso* que eram causadas por desastres naturais como grandes epidemias que dizimavam produtores direto (força de trabalho) ou meios de produção e como consequência ocasionavam a escassez de bens fundamentais a vida social. Já nas crises próprias do Modo de Produção Capitalista, ocorre a *superprodução de valor de uso* e estes não encontram consumidores com poder de compra para pagar pelo valor de troca, não sendo assim realizada a socialização da produção.

Decorre dessa realidade que os capitalistas restringem o limite de produção na tentativa de que a demanda seja maior que a oferta para que assim no movimento do

capital (D- M- D') a mercadoria se realize e o lucro (D') seja acumulado pelo capitalista.

A crise reflete diretamente sobre a alteração desse movimento do capital já que o capitalista de fato não controla as leis do mercado. Com isso, observa-se que não há escassez de bens de consumo fundamental à vida social, o que ocorre está associado a não socialização desses bens enquanto riqueza socialmente produzida, provocando o empobrecimento dos/as trabalhadores/as, que por sua vez possuem apenas a sua força de trabalho a ser vendida para garantia de sua sobrevivência.

Entre a ocorrência das crises, conforme pontua Netto e Braz (2006, p.172), percebe-se um ciclo econômico composto por "quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge". São esses ciclos resultados da dinâmica contraditória do Modo de Produção Capitalista. Sobre a sua função os autores em questão afirmam que "*é através delas que o capitalismo se impõe (...) de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge,* isto é, para um novo ciclo." (NETTO; BRAZ 2006, p. 172,175)

Em síntese, as reflexões até este ponto evidenciam e direcionam para destacar mais uma vez a presença sociopolítica e histórica da luta de classes na contradição capital *versus* trabalho entre a produção social e a apropriação privada pelo capitalista e com isso discorrer a respeito das consequências societárias, para tanto, apoiando-se no texto *Crise do Capital e consequências societárias (2012).*

Quanto ao texto mencionado, este contribui para a compreensão das mudanças ocorridas na sociedade, de forma que Netto (2012) destaca tais sinais de mudanças desde 1970, os quais implicam em uma nova barbárie delineando uma relação entre a militarização da vida social e o minimalismo das políticas assistencialistas em meio à crise sistêmica. Quanto a essa, Netto (2012) destaca que

> [...] há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, até hoje, por apenas duas vezes: a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. Crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. (Netto, 2012)

Para melhor ilustração, o autor sintetiza que a ocorrência dessas crises ao longo dos anos data que

> A primeira destas crises emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de 23 anos; marcada por uma depressão de mais de duas décadas, ela só se encerrou em 1896. A segunda crise sistêmica que o capitalismo experimentou explodiu em 1929 e, como todo mundo sabe, foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra. (NETTO, 2012 p. 416)

A partir da década de 1970, para Netto, o capitalismo contemporâneo passou por um processo de modelações com profundas transformações societárias. Os novos traços ocorrem mediante a mundialização que se vincula às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Conforme destaca Netto (2012, p. 417)

> [...] no que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da 'flexibilização' (da produção, das relações de trabalho), da 'desregulamentação' (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da 'privatização' (do patrimônio estatal).

As transformações emergentes na sociedade civil após a crise sistêmica de 1970, apontavam para a crescente movimentação de oligarquias ao passo que do outro lado estavam as classes subalternizadas passando por experiências de crises que teve como consequências o desemprego, a precarização, a flexibilização da classe trabalhadora e também afetou a sociabilidade, as famílias e elevou as desigualdades sociais. Com isso, emergiu de forma estridente as expressões da "questão social" que são hoje objeto de estudo e intervenção do Serviço Social.

As transformações atingem todo o conjunto da totalidade social, porém de formas diferentes. Netto ressalta que em relação à classe burguesa, esta sofreu mudanças sensíveis. Mudanças notórias ocorreram tanto no plano econômico objetivo como na produção e reprodução das classes e suas relações, além, de também ocorrer mudanças no plano ideosubjetivo no tocante ao pertencimento a uma classe. No que se refere a classe trabalhadora

> [...] está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o capitalismo monopolista experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições — refratando as novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho. (NETTO, 2012 p.418)

As mudanças supramencionadas, além de outras não ilustradas aqui,

representam alterações tanto no quadro de estratificação social burguesa contemporânea como alterações no perfil demográfico das populações, no processo de urbanização, formação do capital cultural que favoreceu rebatimentos na estrutura familiar gerando padrões de sociabilidade. Nesse sentido, Netto (2012, p.428) destaca a emersão de dois agentes importantes para essa constituição contemporânea que são: os jovens e as mulheres.

Estes são importantes atores que irão questionar e se opor às práticas socias de forma a buscar uma ação emancipadora tanto nos espaços públicos como no espaço privado, não permitindo, portanto, a manutenção de assuntos coletivos, que por muito tempo foram mantidos "adormecidos" e oprimindo uma grande parcela da população em detrimento da ordem do capital. São esses agentes fundamentais para a evolução dos costumes.

Em síntese, Netto (2012, p 424) diz que "*nos últimos trinta anos, o modo de produção capitalista experimentou transformações de monta*, que se refrataram distintamente nas diversas formações econômico-sociais em que se concretiza e que exigem instrumentos analíticos e heurísticos mais refinados." Importante destacar que tais mudanças ocorridas não implicou no questionamento à essência da base de exploração do modo de produção (capital x trabalho) de forma que pudesse subsidiar elementos para um ímpeto revolucionário, é algo construído diariamente.

O autor supramencionado destaca que a articulação orgânica existente que influencia na repressão às "classes perigosas" bem como, a presença minimalista de políticas sociais frente a "questão social", sendo estes elementos que caracterizam no capitalismo contemporâneo a barbárie. Aos assistentes sociais coloca-se o imenso desafio de operar nesse enfrentamento em tal contexto de fragilidade e redução de políticas sociais.

Considerando o contexto pandêmico, as contradições sociais se asseveram, diante das medidas de isolamento social, a priori a estratégia central para se conter a proliferação sem medidas do Coronavírus e, assim, assistimos a dispensa massiva de trabalhadores/as formais, o fechamento das atividades comerciais e a impossibilidade das atividades do comércio informal, só permitindo as atividades por delivery – serviço que cresceu demasiadamente, não obstante a sua precariedade e nítida exploração

dos/as trabalhadores/as. O confinamento colocou em evidência a precariedade da vida da classe trabalhadora, o tênue equilíbrio da economia em extensa estagnação, as prioridades governamentais em favor da saúde econômica e em detrimento da saúde da população, a violência doméstica e o adoecimento mental.

As desigualdades foram desnudadas, posto que "O mundo não vivenciou a pandemia da mesma maneira; as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente[4], desigual e combinado apresentam elementos importantes para esta reflexão. (GUERRA et ali, 2021, p.03)

A formação sócio-econômica do Brasil demarca particularidades na vivência e no enfrentamento do Coronavirus-Covid-19, visto que apesar das subnotificações os indicadores mostram que os milhares de óbitos no Brasil têm demarcação de classe social e de cor.

> (...) o número de óbitos de negros supera o de brancos, ainda que a hospitalização não acompanhe esta tendência (...). O que reforça a análise sobre a dificuldade de acesso dessa população aos serviços de saúde, principalmente os de maior complexidade, como os leitos de cuidados intensivos, cujo recurso tem sido crítico no atual contexto. Identifica-se que a evolução da proporção de óbitos, do primeiro boletim em que houve a estratificação por raça/cor, ao último boletim, é de 62,9% para 41% em brancos e de 34,3% para 57% em negros. (OLIVEIRA, 2020, p. 10).

Mas, a pandemia não é responsável pela origem dessas desigualdades, sua raiz é bem mais profunda, firma-se na base de produção e reprodução capitalista. Os efeitos deletérios da pandemia adensam as consequências societárias de uma crise estrutural de um modo de produção que dá sinais de seus limites históricos, visto que suas respostas à sua dinâmica de crise são cada vez mais barbarizantes e não atingem os objetivos de sua recuperação. (MESZÁROS, 2006)

Apanhar esse real em seu movimento e apreender a sua dinâmica de forma imanente, configura-se como uma apropriação que o Serviço Social pode e deve fazer, articulando, para tanto, o conjunto de seus fundamentos.

> [...] visto que a excepcionalidade e o ineditismo da articulação de uma crise orgânica profunda a uma pandemia sem precedentes em nossa história recente, podem tendenciar os/as assistentes sociais a agirem reféns do

[4] Ver mais em Fernandes (1975) e Marini (2011), entre outros.

> imediatismo e do tecnicismo e a recaírem em um processo de desprofissionalização (GUERRA et al.2021, p. 05).

O Serviço Social dispõe de um acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído ao longo da sua trajetória/amadurecimento como profissão, que subsidia o desenvolvimento da capacidade de seus/as profissionais se apropriarem dos fatos aparentes/imediatos do cotidiano profissional e, por meio de abstrações/apreensão das mediações, ir da aparência à essência dos fenômenos sociais. Transformando em estratégias de atuação, objetivos e intencionalidades da profissão, na direção dos interesses do conjunto de seus/as usuários/as – como inscrito no atual projeto profissional.

Portanto, numa relação entre teoria e prática observa-se a passagem do campo das possibilidades à objetivação do trabalho profissional e a articulação de seus fundamentos permitindo a superação de ações meramente empiristas, mesmo diante do ineditismo do tempo presente.

E é por meio de sua instrumentalidade como mediação do trabalho profissional, que é possível elaborar respostas na direção dos desafios postos pela convergência da crise do capitalismo e de uma crise sanitária, cujas consequências societárias, como dito anteriormente, adensam os efeitos das contradições insolúveis desse modo de produção social.

Observa-se que essas respostas se darão no nível do cotidiano profissional, na articulação das políticas sociais, visto a dimensão teleológica da profissão e sua práxis secundária. Todavia, deve articular-se com interesses e lutas sociais mais gerais, aquelas que devem ser articuladas pela classe trabalhadora, cuja direção aponta, de forma imediata e mediada, para disputa do fundo público. É preciso firmar a defesa por respostas estatais a essas crises e suas consequências, que vão para além de um auxílio emergencial que se mostra seletivo, circunstancial e insuficiente. E este quando comparado a dispensação de recursos financeiros na ordem de trilhões de reais destinado à iniciativa privada, sobretudo, aos bancos, às grandes empresas e em menor parcela às micro e pequenas empresas, demonstram a regressividade das ações de um Estado burguês, em que a pulsão de recursos públicos para o capital, adensam a acumulação de capitais em detrimento a vida dos/as trabalhadores/as.

Dessa maneira, os desafios que estão postos na atualidade evidenciam a dinâmica da luta de classes, porém, infelizmente com o registro de sucessivas vitórias dos interesses capitalistas.

Portanto, é imperativa a retomada da organização dos/as trabalhadores/as para contestar a incontrolabilidade do capitalismo nesse período histórico. Uma vez que ao tempo em que esse modo de produção tem como resultado uma quantidade cada vez maior de riqueza socialmente produzida para a apropriação de uma minoria, produz a intensificação da exploração do trabalho e sua recorrente precarização, o aumento contínuo da superpopulação relativa e do fenômeno do pauperismo, o caráter barbarizante das relações sociais, que evidencia o avanço do conservadorismo em sua expressão reacionária, o genocídio da população negra e periférica, o recrusdescimento do patriarcado e da LGBTQIA+FOBIA, a exacerbação da fome e da violência e, em particular, a perda do sentido da generecidade humana, tamanha a banalização da vida da maioria expressiva da população brasileira e mundial.

3 CONCLUSÃO

Diante do que foi explanado ao longo da construção dessa reflexão teórica, pode-se ressaltar que ocorreram mudanças societárias em diversos âmbitos sob determinações variadas que se acentuam nos momentos de crise e implicam sobre a sociabilidade e reforçam o desafio para atuação do profissional de Serviço Social no enfrentamento às expressões da “questão social”. Dentre as mudanças, pode-se destacar: a precarização das condições de vida e trabalho, o aumento da desigualdade social, a inviabilização de direitos, a insegurança alimentar, a intensificação da ocupação de territórios periféricos, dentre outros que resultam, também, da atuação do ideário neoliberal.

Portanto, é possível pontuar a existência de um consenso de que as crises são constitutivas e ineliminíveis para o funcionamento estrutural do Modo de Produção Capitalista e que a atual crise pandêmica converge para a exacerbação das consequências societárias deletérias desse modo de produção.

REFERÊNCIAS

FGV. **Pandemia acentua pobreza e é tema de debate na FGV**. Fundação Getúlio Vargas. Brasil.24 feb. 2021. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv Acesso em: 30/07/2021.

GUERRA, Yolanda et al. **Precisamos Discutir os Fundamentos do Serviço Social para Responder ao Tempo Presente:** a experiência da live do GTP de Serviço Social da ABEPSS. 2021 (em prelo)

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. David Harvey, trad. João Alexandre Peschanki. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **A Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

MARX, K. **O Capital** - **Livro I – crítica da economia política:** O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006

NETTO, José Paulo. **Crise do Capital e Consequências Societárias**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **As crises e as contradições do capitalismo**. In: Economia Política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Cap. 7. p. 169-179.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de. **Desigualdades Raciais e a Morte como Horizonte: consideraçõessobre a Covid-19 e o racismo estrutural**. Cadernos de Saúde Pública. n. 36, ano 9, Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2020.